

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Diário de Comércio (3-D) Class.: 56
Data 23 de Dezembro de 1980 Pg.: _____

1980 Traçadas as prioridades do MINTER para 1981

O ministro Mário Andreazza traçou as diretrizes do Ministério do Interior — MINTER, para 1981 e assegurou que a finalidade será a de promover melhor distribuição regional do desenvolvimento brasileiro.

Acrescentou o ministro, que tal meta será buscada mediante a aceleração do crescimento das regiões menos desenvolvidas, a redução da pobreza, a melhoria da distribuição de renda e da qualidade de vida e a descentralização das decisões sobre o desenvolvimento, seja a nível institucional, seja através da efetiva participação comunitária.

As grandes prioridades do Ministério do Interior foram divididas, por Andreazza, em dez itens, que ele definiu como: desenvolvimento regional, com destaque para as regiões Nordeste e Amazônia; desenvolvimento urbano; habitação; saneamento; meio ambiente; migrações internas; comunidades indígenas; participação do universitário nos programas de desenvolvimento regional e urbano; desenvolvimento de comunidades; e, finalmente, prevenção de calamidades públicas.

AMAZÔNIA E CENTRO-OESTE

O ministro anunciou, em seu discurso, a criação, para breve, de uma Sub-Comissão de Coordenação do Ministério do Interior para Amazônia e Centro-Oeste. Segundo Andreazza, a finalidade será estudar e propor medidas visando tornar mais eficiente e eficaz a articulação horizontal, principalmente quanto à administração dos programas especiais de desenvolvimento regional e dos incentivos fiscais, objetivando agilizar o processo de desenvolvimento regional e urbano naquelas áreas.

O primeiro entre os principais pontos da ação do Ministério do Interior para 1981, enumerados pelo ministro, foi a "efetivação de uma política florestal para a Amazônia, que permita o uso racional dos recursos e a preservação do meio ambiente". A seguir, Andreazza determinou a implantação de uma ação permanente no semi-árido nordestino, objetivando a captação e o melhor uso dos recursos hídricos, bem como o estabelecimento da adequação

das atividades agrícolas à região.

Foi ainda determinada a elaboração e execução do Plano Diretor para o Vale do São Francisco, visando ao desenvolvimento integrado e o uso alternativo dos recursos hídricos, além da materialização, no âmbito do desenvolvimento urbano, do fortalecimento dos municípios.

Outros pontos enumerados incluem a obtenção de legislação adequada às condições de evolução de nossas cidades, apoiada nos trabalhos já desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, que deverão prosseguir pelo envolvimento de outras áreas interessadas; definição de uma política nacional para o meio-ambiente; elaboração e execução de um Plano Nacional de Irrigação, visando a, principalmente, aumentar a produção agrícola, com destaque para a produção de alimentos; e maior utilização do Projeto Rondon, pelas diversas instituições do Ministério, nos seus programas de interiorização do desenvolvimento.

Mas também a industrialização está entre as metas do Ministério do Interior para o próximo ano. Segundo o ministro, ela será orientada para o aproveitamento das vantagens comparativas regionais, tais como complexos industriais integrados com base em matérias-primas locais, produção de bens de consumo popular para o mercado interno da região e desenvolvimento e interiorização da agroindústria.

HABITAÇÃO

Na área da habitação, a meta do ministro Mário Andreazza será a continuidade do Plano Nacional da Habitação Popular, destacando-se programas habitacionais voltados, preponderantemente, para as populações de baixa renda, seja pela erradicação de submóradas e favelas — PROMORAR —, seja através de programas especiais de habitação para trabalhador sindicalizado, servidores públicos, etc.

Andreazza destacou, ainda, a continuidade de execução do Plano Nacional de Saneamento Básico, que objetiva atender com abastecimento d'água, as populações urbanas, e com esgotos sanitários, as grandes e médias cidades; à preservação dos recursos naturais do País,

com ênfase para a Amazônia; e redução das migrações para os grandes centros.

POLÍTICA INDIGENISTA

Quanto às comunidades indígenas, o ministro Mário Andreazza garantiu a consolidação da estrutura organizacional da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e acrescentou:

— Demarcaram-se as terras indígenas. Buscam-se a proteção e assistência permanentes ao índio, respeitadas sua cultura, instituições e assegurada a posse permanente de suas terras e o usufruto de seus recursos naturais.